Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Cumprimento Provisório de Sentença 0020608-23.2026.5.04.0373

Tramitação Preferencial

- Idoso
- Idoso
- Idoso
- Idoso

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 04/08/2026
Valor da causa: R$ 1.016.946,08

Partes:

REQUERENTE: DIEGO JOSE TORRES GOSSLER
ADVOGADO: ARLETE TERESINHA MARTINI
ADVOGADO: JOICE ANDREIA SCHNEIDER
ADVOGADO: JORDANI CESAR MARTINI
REQUERENTE: EDSON FERNANDO VOGEL
ADVOGADO: WAGNER MIGUEL CORREIA DUARTE
REQUERENTE: JUREMA DE LIMA PEREIRA
ADVOGADO: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERENTE: JULIA WELTER
ADVOGADO: ADRIANA MULLER
REQUERENTE: GEOVANI WALDEMAR LINDEN
ADVOGADO: RAFAELE JOSE TURKIENICZ SILVA
REQUERENTE: JOHNATAN GABRIEL MATANA
ADVOGADO: RAFAELE JOSE TURKIENICZ SILVA
REQUERENTE: ELISETE MARA BENDER
ADVOGADO: RAFAELE JOSE TURKIENICZ SILVA
REQUERENTE: WILLIAM VILMAR SAMPAIO MORGENSTERN
ADVOGADO: FRANCIELE KOZLOWSKI
REQUERENTE: JOAO ALVES

ADVOGADO: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERENTE: JOELSON PEDRO LEITE ROHLEDER
ADVOGADO: SILBERTO MAUER
REQUERENTE: TATIANE RODRIGUES MACHADO
ADVOGADO: SILBERTO MAUER
REQUERENTE: NERCI DOS SANTOS AIRES
ADVOGADO: SILBERTO MAUER
REQUERENTE: JEAN CARLOS DAVE
ADVOGADO: DEBORA DOS SANTOS SANT ANNA
REQUERENTE: ARI ALVES CAVALHEIRO
ADVOGADO: SILBERTO MAUER
REQUERENTE: LUIZ CLOVIS PADILHA
ADVOGADO: ZENI PAULO DE SOUZA
REQUERENTE: GILBERTO BORBA GODOI
ADVOGADO: DEIVIS LUIZ KLEIN DOS SANTOS
ADVOGADO: ADRIANA DE ALMEIDA SILVEIRA
REQUERENTE: LOURDES DE FATIMA GONCALVES INHAIA
ADVOGADO: ANTONIA ROSENILDA PAULI
ADVOGADO: RAQUEL SANCO LIMA
REQUERENTE: EUZEBIO SILVIO MACIEL DE CARVALHO
ADVOGADO: RAFAELE JOSE TURKIENICZ SILVA
REQUERENTE: ITAMAR TRINDADE
ADVOGADO: LUIS ALEXANDRE COELHO DE BARROS
ADVOGADO: SANDRA QUADROS DE BARROS
REQUERENTE: CAIM DOS SANTOS
ADVOGADO: DEIVIS LUIZ KLEIN DOS SANTOS
REQUERENTE: MOISES JOSE RITTER
ADVOGADO: DEIVIS LUIZ KLEIN DOS SANTOS
REQUERENTE: ISABEL ELEVINA MARIA
ADVOGADO: ROGERIO PAGEL
REQUERIDO: MATRIZARIA POLAKO LTDA
ADVOGADO: GERSON SCHMOKEL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE SAPIRANGA

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO

A Srª. **Joyce Ribeiro, Leiloeira Oficial**, regularmente inscrita na JUCISRS sob n.º 222/2008, por determinação do(a) MM°(ª) Juiz(a) em exercício da Vara do Trabalho de Sapiranga do Rio Grande do Sul, na forma da lei:

Pelo presente, se faz saber a todos, que será levado a leilão o bem penhorado nos autos, na seguinte forma:

1º LEILÃO: 24/11/2026, com encerramento a partir das 11:00 horas, aceitando-se lances iguais ou superiores ao valor da avaliação. Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site da Leiloeira, até o horário do encerramento. Não havendo lances, permanecerá aberto até o **2º LEILÃO: 07/12/2026, com encerramento a partir das 11:00 horas,** aceitando-se o maior lance, desde que não vil, inferior a 50% (cinquenta por cento) da avaliação, ressalvadas hipóteses de **reserva de quota parte do coproprietário ou determinação judicial de reserva de meação.**
Em ambos os leilões, os lotes serão encerrados de modo sequencial/escalonado, a cada 2 (dois) minutos. Sem prejuízo do encerramento dos lotes sequencialmente, não havendo licitantes, poderá a Leiloeira, a seu critério, "passar" lotes para serem encerrados depois, ao final. Lance ofertado nos 3 minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, prorrogará o encerramento por mais 3 minutos para oportunidade de novos lances, conforme art. 21 da Resolução CNJ nº 236/2016.
Os lotes com ausência de lances, serão apregoados, novamente, em **REPASSE** pelo prazo de 1 (uma) hora, em até 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes, observado-se as mesmas regras estipuladas para cada leilão.
Na ausência de expediente forense, o leilão ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.
LOCAL: O leilão será realizado através do site **www.jrleiloes.com.br.**

PROCESSO: 0020608-23.2026.5.04.0373 – CUMPRSE

RECLAMANTES: ARI ALVES CAVALHEIRO, CAIM DOS SANTOS, DIEGO JOSE TORRES GOSSLER, EDSON FERNANDO VOGEL, ELISETE MARA BENDER, EUZEBIO SILVIO MACIEL DE CARVALHO, GEOVANI WALDEMAR LINDEN, GILBERTO BORBA GODOI, ISABEL ELEVINA MARIA, ITAMAR TRINDADE, JEAN CARLOS DAVE, JOAO ALVES, JOELSON PEDRO LEITE ROHLEDER, JOHNATAN GABRIEL MATANA, JULIA WELTER, JUREMA DE LIMA PEREIRA, LOURDES DE FATIMA GONCALVES INHAIA, LUIZ CLOVIS PADILHA, MOISES JOSE RITTER, NERCI DOS SANTOS AIRES, TATIANE RODRIGUES MACHADO, WILLIAM VILMAR SAMPAIO MORGENSTERN

PJe Documento assinado eletronicamente por RICARDO TADASHI KAWATA, em 30/09/2026, às 14:04:00 - 0d89eb8

RECLAMADO: MATRIZARIA POLAKO LTDA

TERCEIROS INTERESSADOS: VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA VELHA/RS; BANCO BRADESCO S.A.; ITAU UNIBANCO S.A.; 2ª VARA CÍVEL DE CAMPO BOM/RS; UNIÃO FEDERAL (PGFN); CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA 4ª ZONA DE PORTO ALEGRE; ROQUE CARLOS RITTER

BEM(NS): 01) Uma Camioneta, marca/modelo: I/PORSCHE MACAN, Placas: IZR8A90/RS, Chassi: WP1AA2953JLB24788, Renavam: 01172221437, ano de fabricação/modelo: 2018/2018, Cor Azul, a Gasolina., avaliado em R$ 338.664,00 (trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e sessenta e quatro reais), em 14 de novembro de 2023; **02)** Um veículo, marca/modelo: FIAT/UNO ATTRACTIVE 1.0, Placas: IWU4609/RS, Chassi: 9BD195A4ZG0717686, Renavam: 01063183470, ano de fabricação/modelo: 2015/2016, Cor Branca, a álcool/gasolina., avaliado em R$ 40.930,00 (quarenta mil, novecentos e trinta reais), em 14 de novembro de 2023; **03)** Um veículo, tipo: Caminhonete, marca/modelo: FIAT/FIORINO FLEX, Placas: ITR8327/RS, Chassi: 9BD255049D8955359, Renavam: 00493780424, ano de fabricação/modelo: 2012/2013, Cor Branca, a álcool/gasolina., avaliado em R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), em 14 de novembro de 2023; **04)** Um veículo, marca/modelo: VW/GOL 1.0, Placas: IQF6041/RS, Chassi: 9BWAA05U6AP060277, Renavam: 00171037413, ano de fabricação/modelo: 2009/2010, Cor Branca, a álcool/gasolina., avaliado em R$ 23.150,00 (vinte e três mil, cento e cinquenta reais), em 14 de novembro de 2023; **05)** Um veículo, tipo Reboque, marca/modelo: REB/ARTESANAL, Placa: IBZ4196/RS, Chassi: 9EZRS10PCP0951118, Renavam: 00584017375, ano de fabricação/modelo: 1993/1993, Cor Cinza., avaliado em R$ 3.853,20 (três mil, oitocentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), em 07 de março de 2024

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 443.597,20 (quatrocentos e quarenta e três mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte centavos)

LOCALIZAÇÃO DO BEM: 01 ao 05) Rua Doutor Joao Daniel Hillebrand, 483, Rondonia, Novo Hamburgo/RS.

DEPOSITÁRIO: 01 ao 05) Roque Orlando Vieira Junior

DÉBITO DA AÇÃO: R$ 1.016.946,08 (um milhão e dezesseis mil, novecentos e quarenta e seis reais e oito centavos), em 10 de julho de 2026.

ÔNUS: 01) Penhora e Transferência de Propriedade nos autos nº 0021318-92.2016.5.04.0373, em favor de Diego Jose Torres Gossler e Outros, em trâmite na 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga/RS; Consta débitos no DETRAN/RS, no valor de R$ 1.529,96 (mil, quinhentos e vinte e nove reais e noventa e seis centavos), em 29 de setembro de 2026; Outros eventuais constantes no DETRAN/RS.; **02)** Penhora e Transferência de Propriedade nos autos nº 0021318-92.2016.5.04.0373, em favor de Diego Jose Torres Gossler e Outros, em trâmite na 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga/RS; Outros eventuais constantes no DETRAN/RS.; **03)** Penhora e Transferência de Propriedade nos autos nº 0021318-92.2016.5.04.0373, em favor de Diego Jose Torres Gossler e Outros, em trâmite na 3ª Vara do Trabalho

PJe Documento assinado eletronicamente por RICARDO TADASHI KAWATA, em 30/09/2026, às 14:04:00 - 0d89eb8

de Sapiranga/RS; Outros eventuais constantes no DETRAN/RS.; **04)** Penhora e Transferência de Propriedade nos autos nº 0021318-92.2016.5.04.0373, em favor de Diego Jose Torres Gossler e Outros, em trâmite na 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga/RS; Outros eventuais constantes no DETRAN/RS.; **05)** Penhora e Transferência de Propriedade nos autos nº 0021318-92.2016.5.04.0373, em favor de Diego Jose Torres Gossler e Outros, em trâmite na 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga/RS; Outros eventuais constantes no DETRAN/RS.

O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o DETRAN, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o DETRAN. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o veículo, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do veículo, devem ser informados a Leiloeira, ou sua equipe, para o devido peticionamento nos autos.

OBS.01: Ciente que os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial. O bem será adquirido livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme no artigo 130 do C.T.N e nos artigos 1.499 do C.C., artigos 903, § 5º, I e artigo 908 § 1º, ambos do CPC/2015 e artigo 141-II da lei 11.101/05. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à montagem e desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados, diligências do Oficial de Justiça, se houver. Averbação e registro das garantias nos órgãos competentes são de exclusiva responsabilidade do adquirente/arrematante.

OBS.02: Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. Em caso de arrematação, deverá ser resguardado a parte cabente o(a) coproprietário(a)/meeiro(a), nos termos do artigo 843, § 2º, do CPC. **Obs.: Sobre a parte do(a) coproprietário(a)/meeiro(a) não incide desconto e não se aplica parcelamento.**

DIREITO DE PREFERÊNCIA: QUEM TIVER DIREITO (art. 1.322 do Código Civil, art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, do Código Processo Civil), e quiser exercer a preferência na arrematação dos bens, deverá, de modo prévio, cadastrar-se no site www.jrleiloes.com.br, fornecer as informações e documentos requisitados, aderir as regras do sistema e informar a equipe desta Leiloeira Oficial qual sua CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA do bem. Estando habilitado para oferta de lances, poderá exercer seu direito de preferência igualando ao último maior lance e forma de pagamento ofertada.

Quem pretender arrematar ditos bens, deverá ofertar lances pela Internet através do site **www.jrleiloes.com.br,** devendo, para tanto, os interessados efetuarem cadastramento prévio no prazo de até 24 horas de antecedência do leilão, aceitar os termos e condições informados no site, confirmarem os lances e recolherem a quantia conforme segue: Os arrematantes ficam cientes desde já que deverão garantir seu lace com o pagamento do respectivo valor acrescido da comissão da Leiloeira no prazo de 48 horas, para fins de lavratura do termo próprio.

PJe Documento assinado eletronicamente por RICARDO TADASHI KAWATA, em 30/09/2026, às 14:04:00 - 0d89eb8

Fica a Leiloeira autorizada a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito. Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Os lances on-line serão concretizados no ato de sua captação pelo provedor e não no ato de sua emissão pelo participante, assim, diante das diferentes velocidades nas transmissões de dados, dependentes de uma série de fatores alheios ao controle pelo provedor, a Leiloeira e o Judiciário, não se responsabilizam por lances ofertados que não sejam recebidos antes do fechamento do lote (batida do martelo).

Ficam através deste edital, intimadas as partes (CPC/2015 Artigo 887 e Art. 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), os cônjuges, os arrematantes e terceiros interessados.

A comissão de Leilão, cujo resultado for positivo, sempre será devida à Leiloeira Oficial, na proporção de 5% (cinco por cento), sobre o valor arrematado, pelo ATO PRATICADO (Decreto Federal nº. 21.981/1932), assumindo o arrematante, o ônus destas despesas.

Cientes, também, que no ato da adjudicação, será cobrado os serviços da Leiloeira na proporção de **2%** sobre o valor da avaliação, assumindo o adjudicante, o ônus destas despesas.

Na hipótese de suspensão ou cancelamento do leilão em razão de pagamento, parcelamento ou celebração de acordo, caso o requerimento seja protocolado dentro dos 20 (vinte) dias úteis que antecedem a data designada para a realização do primeiro leilão, serão devidos a Leiloeira Oficial honorários a título de ressarcimento das despesas já realizadas, fixados no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação do bem ou sobre o montante da dívida, prevalecendo o que for inferior.

Observa-se que referido encargo não poderá ser inferior a R$ 1.000,00 (mil reais) nem superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais), este último estabelecido como limite máximo de ressarcimento, nos termos do art. 884, parágrafo único, e art. 93 do Código de Processo Civil.

Será devido a Leiloeira Oficial, comissão de 5% sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º § 3 da Resolução 236/2016, a ser arcado pelo reclamado remidor.

Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor da Leiloeira a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, a Leiloeira cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ela realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo.

PJe Documento assinado eletronicamente por RICARDO TADASHI KAWATA, em 30/09/2026, às 14:04:00 - 0d89eb8

Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pela Leiloeira), no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).

Caso os Exequentes, Executados, cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, notificados ou certificados por qualquer razão, das datas do Leilão, quando da expedição das notificações respectivas, valerá o presente Edital de INTIMAÇÃO DE LEILÃO.

Na eventualidade da arrematação do bem restar frustrada devido ao não atendimento de requisito necessário pelo arrematante, será facultado ao 2º colocado, ou seja, licitante que ofertou o segundo melhor lance, caso haja interesse do mesmo, a confirmação da arrematação pelo valor por ele ofertado.

Em nenhuma hipótese, salvo nos casos de nulidade previstas em lei (artigo 903 § 5º do CPC), será aceita desistência dos arrematantes ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste Edital, para eximirem-se das obrigações assumidas, inclusive aquelas de ordem criminal, na forma dos artigos 335 e 358, do CPB – Impedir, afastar ou procurar afastar concorrentes ou licitantes por meios ilícitos, violência ou oferecimento de vantagens, e, ainda, perturbar, fraudar ou tentar fraudar, a venda em hasta pública ou arrematação judicial, estará incurso nas penas que variam de dois meses a dois anos de detenção e/ou multa.

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 90 (noventa) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

Fica autorizada a Leiloeira a vistoriar e fotografar o(s) bem(ns) constrito(s) de forma externa e interna, e inclusive a acessar as áreas comuns no caso de imóvel(eis) em Condomínio. Em caso de resistência/impedimento, deverá a Leiloeira comunicar a situação nos autos.

A Leiloeira Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigada a fazer a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ainda, não se enquadra na condição de fornecedora, intermediária, ou comerciante, sendo mera mandatária, ficando assim eximida de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro.

Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

PJe Documento assinado eletronicamente por RICARDO TADASHI KAWATA, em 30/09/2026, às 14:04:00 - 0d89eb8

Os licitantes deverão acompanhar a realização do leilão, permanecendo a qualquer tempo em condições de serem contatados pela Leiloeira Oficial para qualquer tipo de informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos da Leiloeira Oficial, serão de responsabilidade unicamente do próprio licitante.

Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, a Leiloeira Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento à Leiloeira até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

LEILOEIRA OFICIAL: Joyce Ribeiro, JUCISRS sob n.º 222/2008. Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade poderão ser adquiridas através dos telefones: 0800 500 9960 e/ou (51) 3126-8866. O presente edital estará disponível na íntegra através do site www.jrleiloes.com.br.

Também é possível encaminhar e-mails com dúvidas através do link "Fale Conosco", ou diretamente pelo endereço contato@jrleiloes.com.br.

Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do CPC).

E para que não se alegue ignorância, é passado o presente Edital, o qual devidamente assinado, será afixado em local próprio desta Vara do Trabalho e publicado.

Sapiranga/RS, 30 de setembro de 2026.

JOYCE RIBEIRO
Leiloeira Oficial

PJe
Documento assinado eletronicamente por RICARDO TADASHI KAWATA, em 30/09/2026, às 14:04:00 - 0d89eb8
https://pje.trt4.jus.br/pjekz/validacao/26093014035694900000197889480?instancia=1
Número do processo: 0020608-23.2026.5.04.0373
Número do documento: 26093014035694900000197889480